



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

| | |
|-------------------------------|------------|
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | |
| Divisão de Apoio às Comissões | |
| CAM | |
| Nº Único | 620167 |
| Entrada/nº | 532 |
| Data | 06/12/2018 |

Aprovado na reunião do Grupo Parlamentar de 12/12/2018 de Comissões de Agricultura e Mar.

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Agricultura e Mar
Deputado Joaquim Barreto

*19/12/2018
Barreto*

Lisboa, 06 de dezembro de 2018

Assunto: Requerimento para Audição Urgente do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e de entidades representativas de produtores agropecuários

A posição defendida pelo atual Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, em entrevista publicada no jornal Público do passado dia 04 de dezembro de 2018, sobre a estratégia para atingir a neutralidade carbónica em 2050 é, no mínimo, desconcertante.

Referir, a propósito da neutralidade carbónica, que o caminho a seguir passa pela redução entre 25 a 50% da produção de bovinos em Portugal, justificando tal medida com o quadro de crescente liberalização do comércio mundial de carne de vaca, e que por isso fica mais barato importar que produzir cá, constitui um violento ataque ao setor agropecuário nacional e dificulta o caminho no sentido da nossa soberania alimentar, sendo uma posição que o PCP regista com elevada preocupação.

Na perspetiva do PCP este ataque à produção nacional de carne de bovino, setor alimentar em que o país é francamente deficitário e que muito contribuiu para o desequilíbrio acentuado da nossa balança alimentar num valor que ascende a 180 milhões de euros, concorre para o aumento da dependência de Portugal contrariando o desejável percurso no sentido de defesa da nossa soberania alimentar.

Acresce ainda que uma tal medida que supostamente visaria a diminuição da pegada ecológica nacional e a descarbonização, terá objetivamente um efeito contrário, facilmente visível no quadro da análise de externalidades, provocando uma pegada ecológica desmesurada por via do transporte de bens a longas distâncias, quaisquer que sejam os modos de transporte utilizados.

Este anúncio realizado pelo Ministro do Ambiente e da Transição Energética é tanto mais estranho, quanto o Governo assiste impávido e sereno à concentração da produção bovina, designadamente nas mãos da grande distribuição que anunciou ter



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

como meta próxima a produção de 15 mil bovinos numa herdade no distrito de Portalegre.

Um caminho na trajetória que o Ministro do Ambiente e da Transição Energética aponta trará ao país, nomeadamente às regiões do interior, o abandono do território e dos terrenos agrícolas, acentuando ainda mais a desertificação destas regiões, favorecendo a ocorrência de incêndios florestais de grande dimensão, à semelhança dos registados em 2017 e 2018, onde o abandono do interior concorreu de forma determinante para situações trágicas verificadas.

A estas questões não ficaram alheias as organizações do sector que afirmam que esta medida seria “catastrófica com a liberalização das importações, como já aconteceu no passado no espaço europeu, pondo em causa a nossa segurança alimentar” e a segunda refere que “esta posição demonstra falta de conhecimento da realidade da agricultura portuguesa e só pode constituir uma intenção isolada do ministério do ambiente no conjunto do governo.”

Com o enquadramento descrito e no quadro da preocupação que tais afirmações e estratégias suscitam, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a **Audição Com Carácter de Urgência** do Ministro do Ambiente e da Transição Energética e do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, bem como da CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal, da CNA – Confederação Nacional da Agricultura, da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal e das Associações de produtores de raças autóctones de bovinos.

O Deputado,

Bruno Dias